

Viva Vila Autódromo!

Resiliência, Resistência e (Re)existência frente à ofensiva neoliberal numa metrópole da periferia do Capitalismo

Glauco Bienenstein (GPDU/NEPHU-UFF & ETERN/IPPUR/UFRJ)

RESUMO GERAL

No âmbito do que tem sido denominado de “fim da história”, a sociedade liberal, revestida por lógicas tecnocráticas e neoliberais, se apresenta como a única, inexorável e hegemônica alternativa civilizatória da atualidade. Tal tendência se acirra no contexto do desaparecimento do socialismo real por um lado, enquanto, de outro, do refluxo dos movimentos políticos que historicamente enfrentaram a ordem social-metabólica do capital, a saber, as organizações autônomas dos movimentos populares envolvidos com as lutas por direitos mundo afora.

Nesse contexto, no que se refere ao processo urbano contemporâneo, avalia-se que é necessário refletir e divulgar experiências emblemáticas as quais, a despeito da sua pequena escala e dos enormes constrangimentos que as desafiaram, representam vitórias capazes de indicar outros possíveis caminhos, ou melhor, outras possibilidades de enfrentamento e luta e de construção de um projeto alternativo de cidade.

A sessão livre aqui proposta busca não somente refletir sobre tais alternativas, como também divulgar a rica e recente história de luta de uma comunidade que ousou desafiar as coalizões de poder e dinheiro que sustentaram a implementação da excludente e seletiva cidade olímpica do Rio de Janeiro, materializada na publicação coletiva “Viva a Vila Autódromo!”.

Para se ter uma ideia da escala dos desafios enfrentados, o “Guia para jornalistas e comunicadores: Violações de Direitos na Cidade Olímpica” de 2016 relata que cerca de 77 mil pessoas sofreram violações ligadas ao direito à moradia, ou seja, foram removidas em função da implementação dos Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Na verdade, a partir de 2009, quando a cidade foi anunciada como sede das Olimpíadas, o processo se intensificou. As remoções seguiram um padrão claro de expulsão de negros e pobres de áreas que passavam por grande valorização imobiliária. Além disso, para completar o cenário, foram milhares de casas destruídas em uma cidade que tem um déficit

habitacional de 220.774 unidades, segundo a Fundação João Pinheiro (2015).

Portanto, a histórica luta da Vila Autódromo representa de um lado, mais uma contundente denúncia do tortuoso e difícil processo de afirmação de uma comunidade frente à ofensiva perpetrada, no caso, pela administração Eduardo Paes, durante a implementação e/ou adequação da cidade do Rio de Janeiro ao projeto olímpico que se consubstanciou no ano de 2016. Por outro lado, tal registro encarna mais uma reflexão sobre o que a literatura tem nomeado de planejamento em situação de conflito ou planejamento insurgente, cujas características inovadoras, colocam lado a lado profissionais, acadêmicos e a população atingida e socialmente organizada como protagonistas, em posição de igualdade nos processos de resistência à afirmação de um projeto hegemônico e excludente de cidade. Para além da contribuição das mais variadas formas de militância que estiveram presentes ao longo do processo, a novidade desse registro é que ele traz as ideias e os corpos daqueles que sofreram as consequências diretas do mencionado processo, a saber, os moradores-militantes que bravamente acreditaram na possibilidade de se constituírem como um sujeito coletivo, cuja atuação foi de fundamental importância para a resistência propriamente dita e também para seu amadurecimento político.

O exemplo mais contundente disso é encarnado na figura de Maria da Penha Macena, uma de nossas convidadas para a mesa, que hoje representa o exemplo vivo desse amadurecimento o qual, inclusive, é reconhecido por instâncias internacionais. Outra importante referência na luta da Vila Autódromo e que também será um dos participantes, é Fabricio Leal de Oliveira, do ETERN/IPPUR/UFRJ, que representará os diversos pesquisadores/militantes que estiveram envolvidos na luta. A mesa será também composta pela Professora Raquel Rolnik, que enquanto relatora para o direito à moradia adequada acompanhou e denunciou, junto à Organização das Nações Unidas, ONU, e à mídia internacional as violações que ocorriam no Rio de Janeiro, e que esteve num dos eventos “Ocupa Vila Autódromo”, falando sobre seu importante e premiado livro “A Guerra dos Lugares” e que, mais de uma vez, lá esteve apoiando a luta da Vila Autódromo, conectando-a com os comitês populares da Copa.

Não há como deixar de argumentar que tal proposta de sessão livre representa, no plano simbólico e político, uma afirmação da presença feminina nos debates, especialmente neste difícil e conturbado período pós-eleitoral de 2018, o qual, no evento propriamente dito, o XVIII ENANPUR, será certamente objeto de intensa reflexão.

Desse modo, a proposta de sessão livre aqui sugerida busca, de um lado, refletir e avaliar caminhos e possibilidades vinculados a propostas de enfrentamento e planejamento insurgente, num contexto de contundente ofensiva neoliberal que tem radicalizado a cidade e a sociabilidade contemporâneas em direção à naturalização da forma-mercadoria, assim como servir de plataforma de divulgação de um emblemático exemplo de resistência e de

ressignificação da existência dos diversos atores e/ou agentes envolvidos nas lutas pelo direito à moradia e à cidade.

A Ressignificação do planejamento: conflito, insurgência e resistência

Raquel Rolnik (USP)

Mais do que o caso específico da Vila do Autódromo, cabe aqui mencionar seu papel emblemático na constituição de uma tripla insurgência: na afirmação da permanência no lugar, rompendo com a transitoriedade permanente que marca os assentamentos populares no Brasil, no questionamento de um planejamento urbano submetido à lógica do complexo imobiliário-financeiro e na articulação técnico-política que engendra novos sujeitos políticos na cidade.

O Plano Popular e a luta contra a remoção da Vila Autódromo

Fabricio Leal de Oliveira (ETTERN/IPPUR/UFRJ)

A originalidade da luta da Vila Autódromo se manifesta em todas as estratégias promovidas contra as iniciativas da Prefeitura do Rio de Janeiro que, no processo de preparação da cidade para as Olimpíadas 2016, visava a remoção total do assentamento. Os moradores disputaram o campo jurídico com apoio da Defensoria Pública, se articularam com movimentos sociais, realizaram eventos, festas e manifestações, discutiram com autoridades municipais e, também, elaboraram um plano popular alternativo, com assessoria de duas universidades públicas, que comprovava a possibilidade de permanência da comunidade, mesmo com a construção do Parque Olímpico no terreno vizinho.

O livro *Viva a Vila Autódromo! O Plano Popular e a luta contra a remoção* reconstrói a resistência dos moradores ameaçados pelo projeto olímpico carioca, tendo como eixo central o processo de produção do Plano Popular da Vila Autódromo, com o objetivo de registrar os desafios, dificuldades, vitórias e derrotas e dar insumos para outras lutas onde interesses econômicos buscam se impor ao direito à moradia e à cidade. Neste percurso, constrói bases para uma reflexão sobre as possibilidades do planejamento autônomo, insurgente ou conflitual como instrumento de luta e mobilização social.

A Luta como resiliência, resistência e (re)existência social e política

Maria da Penha Macena (Representante da Vila Autódromo, Rio de Janeiro)

Além da já mencionada afirmação da presença feminina na sessão livre objeto desta proposta, a participação desta importante liderança que amadureceu durante a dura luta da

Vila Autódromo irá, de forma contundente, representar e notificar a riqueza da resistência, da resiliência e da (re)existência que tal luta impôs e delineou em muitos dos moradores que acreditaram na força do coletivo, frente às diversas ameaças e agressões propriamente ditas enfrentadas durante a implementação da Cidade – excludente e seletiva – Olímpica do Rio de Janeiro. Reforçando o que se afirmou no resumo desta proposta, tanto no plano simbólico quanto político, esta sessão livre representará a afirmação de um espaço de reflexão multidimensional, a saber, no plano político, no âmbito das discussões de gênero, especialmente no que diz respeito à afirmação da presença feminina nos debates sobre o direito à moradia e à cidade, notadamente neste difícil e conturbado período pós-eleitoral de 2018, o qual, no evento propriamente dito, o XVIII ENANPUR, será certamente objeto de intensa reflexão.